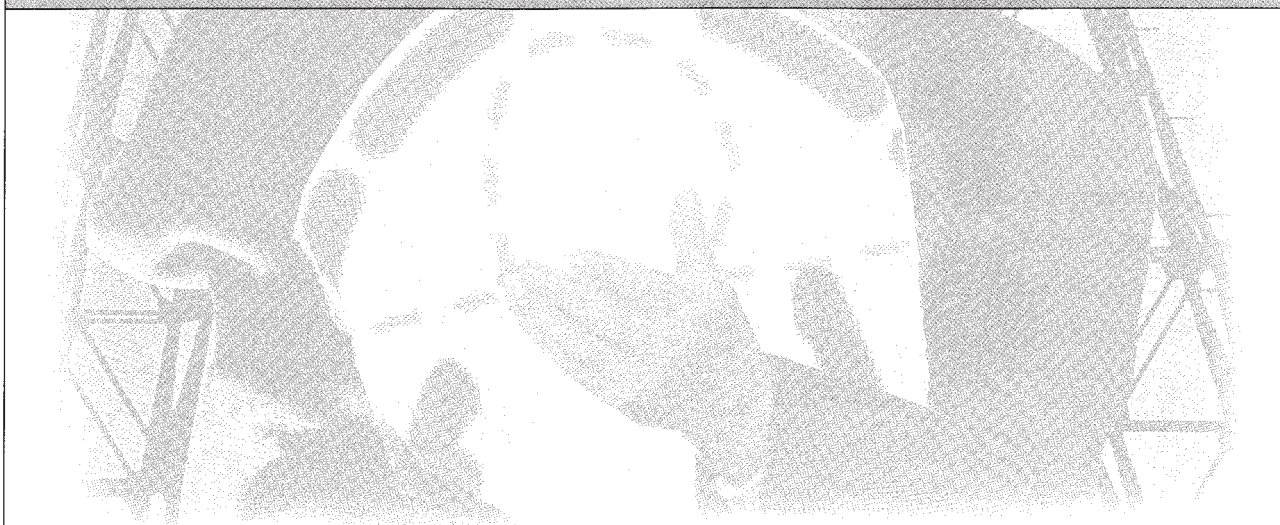


O reconhecimento e a validação das aprendizagens dos adultos no contexto europeu

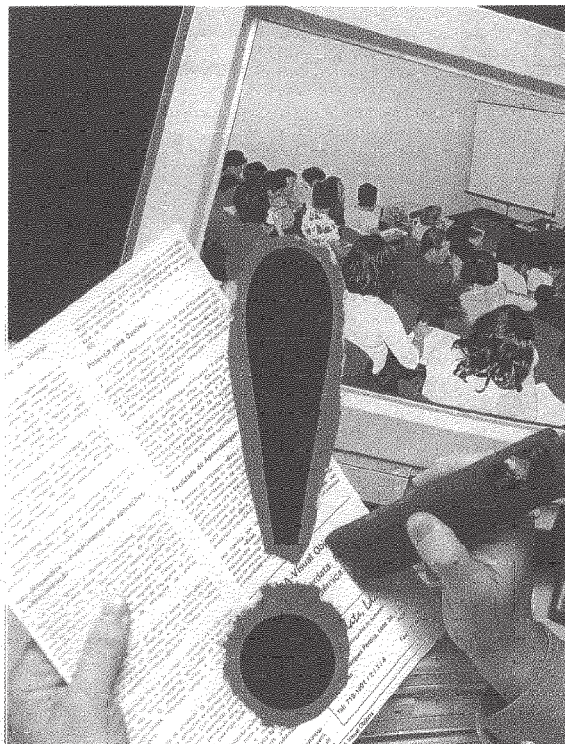


Assistimos à emergência de uma nova problemática no domínio da educação/formação de adultos, centrada no reconhecimento das aprendizagens realizadas em contextos não formais e informais, que vem questionar e colocar novos desafios em diversas esferas da vida social (particularmente ao sistema educativo, entendido em sentido lato).

Temos vindo a publicar nesta revista uma série de artigos que procuram ilustrar como é que estas novas práticas têm emergido em diferentes países (EUA, Canadá, França e Reino Unido)¹, e as principais características dos dispositivos que têm vindo a ser implementados com essa finalidade, principalmente no âmbito dos sistemas de educação/formação.

A partir dos resultados provisórios de um estudo comparativo desenvolvido a nível europeu², é possível fazermos uma síntese sobre as características mais significativas e as principais tendências observadas nestes dispositivos. Em primeiro lugar, gostaríamos de referir que a maioria dos dispositivos implementados são muito recentes (anos 90) e que alguns se encontram ainda numa fase de experimentação. Apesar dos dispositivos reflectirem as diferentes realidades nacionais, existem pontos de convergência no que diz respeito às suas finalidades, pressupostos e opções metodológicas.

No que diz respeito às finalidades, os dispositivos de reconhecimento e validação criados no âmbito dos sistemas formais de educação/formação (tutelados por instâncias que pertencem aos Mi-



nistérios da Educação e/ou do Trabalho) procuram dar visibilidade e reconhecimento formal aos saberes adquiridos pelos adultos, independentemente dos contextos onde foram adquiridos. Pretendem criar novas oportunidades de acesso à educação/formação e à construção de percursos formativos mais flexíveis e personalizados, em função das necessidades específicas dos adultos. Estas novas práticas procuram constituir-se como um importante motor de dinâmicas formativas, inscrevendo-se numa lógica de aprendizagem ao longo da vida. Pretendem otimizar os percursos e as aprendizagens realizadas pelos adultos, encurtando os tempos de educação/formação formal, facilitando um posicionamento alternado entre situações de trabalho e de educação/formação e promovendo um acesso mais flexível aos diplomas e qualificações existentes.

Procurámos identificar os princípios de base em torno dos quais estas novas práticas se articulam e que a generalidade dos dispositivos estudados adoptou como pressupostos para a acção:

- as pessoas aprendem ao longo do seu percurso de vida, em contextos de aprendizagem formais, não formais e informais, de uma forma sistemática ou não; o enfoque do reconhecimento e da validação é posto no resultado das aprendizagens, independentemente dos contextos ou dos processos de aquisição;
- o resultado das aprendizagens (principalmente as que ocorrem em contextos não formais e informais) nem sempre é visível e consciencializado pelas pessoas; para que tenha visibilidade, é necessário (em primeiro lugar) um trabalho de apropriação pessoal dos conhecimentos e das competências adquiridas, que pode (e deve) ser articulado com o reconhecimento formal/institucional desses mesmos saberes;
- a centralidade de todo o processo reside na pessoa; o reconhecimento e a validação têm que partir de uma vontade pessoal de melhor conhecer as suas capacidades e potencialidades, e de uma implicação activa do sujeito ao longo das etapas constitutivas do processo;
- os saberes anteriormente adquiridos devem ser considerados o terreno de base a partir do qual se alicerçarão as aprendizagens futuras, em função das motivações e dos projectos pessoais;
- a validação desses saberes pode proporcionar ao sujeito a entrada num programa/curso sem a posse do diploma anterior, o posicionamento avançado num programa/curso, a obtenção de um diploma escolar ou profissional (na sua totalidade ou em

parte), a isenção de algumas partes constitutivas dos programas ou a dispensa de aulas, de acordo com a regulamentação do sistema em causa.

Em termos de opções metodológicas, verificamos que os diversos dispositivos recorrem a metodologias e procedimentos diversificados. No caso dos Balanços de Competências (França) – cuja lógica se centra no reconhecimento pessoal, de auto-avaliação, e que se finaliza na elaboração de um projecto pessoal/profissional –, a escolha da abordagem depende da natureza do pedido e do resultado a atingir. Geralmente o processo decorre ao longo de várias etapas-chave, que incluem o acolhimento inicial, para clarificação do pedido e definição dos procedimentos a seguir, a etapa de explicitação das aprendizagens e realização do balanço e a da elaboração do documento-síntese (*dossier*/portefólio de competências). São utilizados procedimentos distintos, desde entrevistas, utilização de testes (aptidões, personalidade, motiva-

cionais, etc.), histórias de vida, narrativas autobiográficas, entre outros. É frequente a elaboração de um *dossier* ou portefólio de competências que, para além da descrição das competências detidas, também integra documentos (ou outros materiais) comprovativos. O portefólio é um instrumento de negociação relevante, tanto no meio profissional (instrumento de gestão da carreira) como educativo, e a sua utilização futura é da inteira responsabilidade do sujeito.

Na grande generalidade dos países estudados, os dispositivos de validação ou de acreditação³ promovem o reconhecimento formal/institucional das aprendizagens com base em referenciais de saberes pré-determinados e mais ou menos estabilizados. Geralmente são os quadros nacionais de qualificação e os programas oficiais de ensino existentes em cada país que se constituem como os referenciais à luz dos quais as aprendizagens dos adultos são avaliadas e validadas (França, Reino Unido, Irlanda, Finlândia, Noruega, etc.). Verifica-



-se uma forte tendência no sentido da construção de referenciais baseados em competências, tanto no âmbito das aprendizagens escolares como nas profissionais.

As práticas de validação têm vindo a ser gradualmente introduzidas nos diferentes níveis de ensino, desde o nível de base até ao universitário. Permitem uma progressão por etapas ou níveis de educação/formação, articulando-se com os níveis oficiais existentes em cada país.

As metodologias utilizadas no âmbito dos dispositivos de validação também são diversificadas, não existindo um modelo único de referência. No entanto, existem pontos em comum, nomeadamente no que diz respeito às principais etapas do processo: uma fase inicial de acolhimento ao candidato, uma fase de formalização do pedido e de definição dos procedimentos subsequentes, uma fase de “balanço” com vista à explicitação das aprendizagens e de recolha de provas, uma fase de avaliação e, finalmente, a validação dos saberes/competências detidas, que se traduz na obtenção total ou parcial de um diploma/certificado, de créditos ou de dispensas, etc.

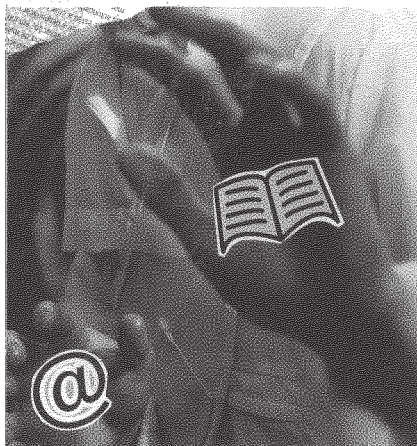
Os saberes e as competências detidas pela pessoa são analisados e avaliados face aos referenciais adoptados pelo dispositivo (que dependem do sistema de educação/formação em causa), podendo ser baseados em conhecimentos, segundo uma lógica académica tradicional,

ou em *standards* de competências, de acordo com uma lógica mais orientada para a acção.

Entre os procedimentos mais utilizados destacam-se as entrevistas, testes de conhecimentos, demonstrações práticas, simulações, etc., sendo muito frequente a elaboração do *dossier*/portefólio de competências. É comum que as práticas de validação recorram a procedimentos flexíveis e variados, numa perspectiva de complementaridade. A complexidade e a riqueza das aprendizagens adquiridas pelos adultos ao longo das suas trajectórias de vida não é passível de ser explicitada e avaliada através de um procedimento único e standardizado, daí a diversidade existente ao nível dos instrumentos utilizados. Uma grande parte dos países estudados continua a desenvolver projectos de investigação com vista à evolução e ao aperfeiçoamento metodológico dos dispositivos.

A implementação de dispositivos de reconhecimento e validação implica um forte investimento financeiro. O financiamento dos processos de reconhecimento e validação depende da regulamentação existente a nível nacional, podendo ser suportado por programas específicos, pelos candidatos ou pelas empresas. Os custos do serviço são geralmente apontados como elevados, justificando-se pela complexidade dos processos de avaliação (não tradicionais) que exigem tempo, acompanhamento personalizado e técnicos com formação adequada.

Algumas das questões de fundo que se colocam aos dispositivos de reconhecimento e validação prendem-se com a procura da transparência, da transferibilidade, da credibilidade e da aceitação social. São aspectos que fazem parte do debate actual e que não podem ser negligenciados.



A implementação de dispositivos de reconhecimento e validação das aprendizagens dos adultos coloca desafios aos sistemas tradicionais de educação/formação, desafios estes que não devem ser entendidos como uma ameaça mas sim como uma oportunidade de evolução. Para que estes dispositivos possam contribuir efectivamente para a abertura dos sistemas de educação/formação a novos públicos (neste caso, de adultos), é necessário promover uma mudança de fundo nos sistemas, o que implica a evolução das concepções e das práticas tradicionais.

Por outro lado, existem questões de natureza política que condicionam a construção de percursos formativos adequados às necessidades e às aspirações dos adultos. A tão desejada mobilidade formativa, no contexto da Sociedade do Conhecimento e da Aprendizagem ao Longo da Vida, depende em grande parte da oferta de educação/formação disponível. A qualidade, diversidade e flexibilidade desta oferta, e as formas de articulação existentes entre as diferentes instituições promotoras, assumem neste contexto uma relevância particular.

Esta breve síntese das experiências desenvolvidas por um conjunto significativo de países europeus em matéria de reconhecimento e de validação das aprendizagens dos adultos não esgota a complexidade desta problemática. Os dispositivos são confrontados com desafios técnico-metodológicos e político-institucionais e procuram construir gradualmente as melhores soluções em função da especificidade dos contextos sociais, culturais e educativos onde se desenvolvem.

Como diz o poeta, o caminho faz-se a andar...



NOTAS

¹ Revistas *Formar* n.º 31 (1999), n.º 35 (2000), n.º 37 (2000) e no presente número.

² Investigação actualmente em curso, efectuada no âmbito do trabalho de doutoramento da autora; os países estudados, para além dos já mencionados, são a Irlanda, Alemanha, Espanha, Finlândia e Noruega.

³ A terminologia reflecte a diversidade linguística; em países francófonos utiliza-se o termo validação (*validation*), e em países anglófonos acreditação (*accreditation*).

Ana Luisa de Oliveira Pires

Mestre em Ciências da Educação